

**NEWTON ESTILLAC LEAL:
O MILITAR DE ESQUERDA E O EXÉRCITO NA FRÁGIL DEMOCRACIA
BRASILEIRA DO PÓS-GUERRA¹**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo problematizar e historiar a esquerda no Exército no pós-guerra, tendo como ponto hermenêutico a vivência militar e política de Estillac Leal, pois o Ministério da Guerra sob o comando desse general, representou a chegada de um militar de esquerda numa posição de poder privilegiada no interior da caserna, no entanto, o imobilismo político-militar de Estillac frente à oposição da direita militar, nos possibilita ilações acerca das relações de poder a fim de compreender a instituição em seu tom conservador.

Palavras-chave: Militar, Esquerda, Exército.

Abstract

The objective of the following article is both to question and to recount the post-war historic events of the Army, having as a hermeneutic point the military and political experiences of Estillac Leal, for the Ministry of War under the command of this general represented the arrival of a leftist military in a position of power coming from the inner part of the caserne. Although, Estillac's political and military immobility opposed to the rightist military gives us possibilities of illations on its relations with power in order to understand the institution in its conservator tone.

Key Words: Military, Leftist, Army.

Introdução

O nosso pavilhão é o inspirador dos lances culminantes da História Pátria, na senda dos mais altos desígnios do povo brasileiro, que no momento presente consistem na obtenção de integral independência econômica, premissa imprescindível da autêntica independência política.

Newton Estillac Leal

(...) Ao passar pela Rua Real Grandeza, naquele feriado universal consagrado ao trabalho, operários da Light trabalhavam, trocando trilhos: um deles negro alto, reluzente de suor, pousou a picareta e disse aos companheiros, quando o cortejo passava, vagarosamente:
- Aí vai o general Estillac, um amigo do povo.

Nelson Werneck Sodré

(...) Para os comunistas fora da lei e instigadores de confusão, o general Newton Estillac Leal foi, muitas vezes, um aliado útil. Para os nacionalistas brasileiros, um herói. E, para ambas as correntes, um candidato óbvio à presidência da República nas próximas

¹ Ronaldo Queiroz de Moraes: Doutorando em História Social (USP) e Professor de História da Faculdade Cenequista de Osório (FACOS) e do Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) – e-mail ronaldo.queiroz@zipmail.com.br.

eleições de outubro. (...) Jamais será presidente do Brasil... Em sua casa, no Rio, aos 61 anos de idade, morreu na semana passada, vítima de um ataque do coração.

Time (16 de maio de 1955)

A cultura política republicana brasileira foi forjada na intersecção do civil com o militar, mas o poder de força para a consolidação coube aos homens da caserna – com efeito, a república no Brasil se consolidou a partir de um ato militar e os primeiros chefes do Executivo foram os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto: militares do Exército. Isso, além de um fato, traduz a genealogia da ação militar na política nacional, produzindo efeitos de poder que sublinham uma cultura política que aproxima a caserna das questões eminentemente civis – da política. Assim, a história política da república brasileira tem no militar um ator privilegiado, pois o recurso bélico e a imagem da força reforçam uma posição favorável nas relações de poder.

Por essa forma, os desdobramentos políticos e as rupturas na história republicana do país, tiveram no militar do Exército uma figura decisiva. Assim foi nas principais lutas na República Velha com as ações político-militares dos oficiais subalternos (tenentismo) e da conjunção de forças civis e militares que puseram fim, com a Revolução de 1930, à república agrário-exportadora.

No entanto, em termos de ação político-administrativa, o Exército só começou a se formar como aparato coercitivo nacional a partir dos anos 30, mais precisamente após 1937, com a política varguista sob o comando dos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra (FILHO: 2003: 104). É quando, de acordo com Werneck Sodré (1979: 230-231): “se abre a Fase Nacional, isto é, quando o país começa a se definir em termos de nação e começa a criar as condições para o aparecimento das Forças Armadas inequivocadamente nacionais”. O que possibilitou uma maior centralização político-administrativa nacional, modernizando, assim, o país e transformando o Exército num aparato capaz de manter-se como instituição que assegura, com sucesso, o monopólio da violência como prerrogativa de uso do Estado nacional.

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e diante do novo contexto político do pós-guerra, a Democracia passa a ocupar nas práticas sociais uma posição importante no país, em decorrência das forças liberalizantes desencadeadas com a derrota do fascismo. Em face disso, a ditadura varguista não mobilizou mais forças capazes de dar prolongamento ao seu governo. Novamente temos a ação

político-militar agindo diretamente na política nacional, produzindo uma nova ruptura na história da república de nosso país.

Da mesma forma, os anos de 1945 a 1964 foram significativos para a política de nosso país, pois representaram, ainda que breve, um momento de experiência democrática nacional. A política passou a ser uma questão que permeava todas as classes sociais. Os “excluídos do poder” passaram a operar sua demanda social organizados em sindicatos e partidos políticos de massa, o que provocou o medo das elites frente a esses corpos sujos e mal-alimentados do campo e da cidade. Destarte, os “donos do poder” nacional passaram a ter pesadelos com o “espectro do comunismo”, um peso ideológico muito forte em contexto de Guerra Fria.

Assim, como resultado imediato, a política brasileira, nesse período, foi marcada por ameaças reais de golpes políticos. O que proporcionou relações de poder que transcendiam às práticas políticas convencionais, pois as Forças Armadas passaram a vivenciar o clima de radicalização ideológica e até mesmo, dentro de um quadro conservador, a gestar, silenciosamente (ESG), uma política própria para a modernização do país.

Com efeito, o Exército participou ativamente desse momento político republicano apresentando internamente os mesmos conflitos ideológicos que envolviam a sociedade brasileira.

Efetivamente, o objetivo desse artigo é a partir da vivência militar e política de Newton Estillac Leal, um general de esquerda, discutir e historiar o Exército e as práticas político-militares na frágil democracia do pós-guerra, entre os anos de 1949 a 1955, período no qual o general vivenciou ativamente a política nacional. Visto que esse general participou como personagem importante da vida republicana do país desde o movimento tenentista até sua morte prematura no ano seguinte ao suicídio de Vargas.

Ademais, o Ministério da Guerra sob o comando do general Estillac Leal sublinha um contexto político singular para o esforço hermenêutico, pois representou a chegada de um militar de esquerda numa posição de poder privilegiada no interior da caserna. Além disso, o imobilismo político-militar de Estillac frente às pressões da direita militar, nos possibilita ilações acerca da esquerda e das relações de poder a fim de compreender a instituição em seu tom conservador. Para tal examinamos como

fonte documental a “pasta de alteração (vida funcional)²” e os Boletins do Exército³ (1951-1952), quando Estillac Leal ocupou o cargo de Ministro da Guerra no governo democrático de Getúlio Vargas. Também foi de grande valia a memória do militar e historiador Nelson Werneck Sodré (1987), pois ele esteve muito próximo ao general.

No que concerne à reflexão teórica a fim da leitura das fontes e da representação em forma de texto do real vivenciado, partimos da premissa Foucaultiana (1995:245) de que devemos analisar as instituições a partir das relações de poder e não o inverso, isto é, uma nova economia das relações de poder na qual mais do que analisar o poder em sua racionalidade interna, na formalidade institucional, procuraremos elaborar uma análise das relações de poder a partir dos antagonismos das estratégias que se apresentam dentro e fora do espaço institucional. No caso do Exército o que propomos é uma leitura do aparato coercitivo a partir das relações de poder, estrategicamente postas, que paulatinamente vão produzindo efeitos que vão além da própria instituição. No limite, A noção de poder aqui exposta é de referência foucaultiana, assim o poder não corresponde exclusivamente à repressão (o que diz não), diz respeito às práticas sobre indivíduos e a sociedade produzindo efeitos desejados a partir de sanções normalizadoras (FOUCAULT: 1987:148).

É preciso compreender as relações de poder político-militares como representação ideológica e como prática de poder e, ao mesmo tempo, perceber a historicidade que percorre a instituição, as demandas epocais e o peso da cultura política republicana que por um longo tempo proporcionou ao Exército a posição de ator político.

O HOMEM: vivência militar e contexto político

Estillac Leal era um homem simples; apesar de sua posição social, gostava de tomar cachaça e cerveja com os amigos. No Rio de Janeiro freqüentava os pequenos bares, com figuras populares, nos “inferninhos” da época, enfim, se sentia bem melhor nesses espaços do que ao lado das autoridades das quais, na sua condição, não podia se furtar (SODRÉ: 1987: 60-61). Naturalmente, pensamos que essa

² Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro (RJ).

³ Colégio Militar, Porto Alegre, (RS).

simplicidade tem muito de ilustrativo para um contexto político de aproximação de parte das elites com o povo: “um amigo do povo”, diria o operário da Light ou “um general esquerdista”, para aqueles que o viam como a materialização do “espectro do comunismo”.

De fato, o general foi um daqueles tenentes, como Prestes, que obteve a formação política de esquerda no exílio (Argentina) a partir da leitura do teórico socialista espanhol Pio Barojas (ESTEVES: 1999: 96). Mas, ao contrário de Prestes, participou da Revolução de 1930 e foi reintegrado ao Exército, dando seguimento a sua carreira militar. No entanto, pesou sobre ele tanto no interior da caserna como fora, a pecha de comunista.

Um general comunista? Absolutamente, não. Mas um militar de esquerda com idéias nacionalistas que se confundiam com as proposições do Partido Comunista Brasileiro da época. Não um revolucionário capaz de dar apoio aos militares revoltosos de 1935, mas um radical da esquerda nacionalista. Porém, o espectro do comunismo arrastava a todos, principalmente a Estillac Leal.

Militar de pouca cerimônia política, pois em 1942, como orador da turma da Escola do Estado Maior do Exército, no posto de tenente coronel, na presença dos generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, fez um discurso em que denunciava o fascismo e identificava Hitler a um “porco”, o que obviamente provocou um mal-estar, pois naquele momento a Alemanha não era ainda inimiga de guerra do Brasil (ESTEVES: 1999:100).

Cabe aqui montar um quadro do Exército que possa auxiliar na compreensão da vivência militar e política de Estillac Leal. Militar da turma de 1919 da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAo) – turma responsável pelo desencadeamento da sublevação tenentista, da qual só participaria diretamente em 1924 na cidade de São Paulo, dando seguimento aos combates no Paraná e no Rio Grande do Sul, não alcançando êxito militar, refugiou-se na Argentina.

Convém lembrar que no Exército, naquele momento, se travava, comprometendo a hierarquia, um duplo movimento reivindicatório: um mais técnico-político que desde 1913 com a fundação da revista “A Defesa Nacional” exigia uma maior profissionalização dos militares e a efetiva monopolização da violência sob a égide do Estado Nacional, e outro movimento mais político e subversivo orientado por militares subalternos, que exigiam reformas políticas no sentido da efetiva modernização do país.

Essas reivindicações só se tornaram ações políticas a partir dos anos 30, momento em que os tenentes dos anos 20 ocuparam posição de comando tanto no interior da caserna como oficiais superiores, como fora, em cargos político-administrativos. A partir desse momento é que podemos perceber a “invenção” do Exército como instituição nacional⁴. É importante compreender que essa “invenção” tem uma historicidade e é fundamental historiá-la, isto é, o Exército brasileiro no período republicano passa por um processo acentuado de modernização, premissa importante para a consolidação do Estado moderno. Contudo, o Exército ainda nos anos 50 apresentava , via de regra, chefes pouco instruídos, com conhecimentos profissionais e cultura geral insuficientes que lhes garantissem uma moderna ação militar de comando (SODRÉ:1987:123). Com efeito, esta modernização foi localizada na construção da identidade militar anticomunista/conservadora e na desmobilização dos exércitos regionais no sentido bélico, agora reduzidos às forças militares de policiamento ostensivo, possibilitando assim o fortalecimento do Exército e um campo aberto para efetivá-lo como aparato coercitivo nacional.

O uso do conceito “invenção” está próximo de Eric Hobsbawm (1997) quando aborda a invenção das tradições como parte de elementos vivenciados e inventados que apropriados institucionalmente formam as identidades. De forma que o uso do conceito tem como objetivo o de não naturalizar as relações de poder que erigiram o Exército moderno brasileiro. O discurso militar referente à instituição está acentuadamente ligado à tradição, todavia é preciso discutir no campo teórico quais os mecanismos que inventam, bem mais do que descobrem, a chamada tradição institucional. *Grosso modo*, o conceito utilizado aqui de “invenção” traduz todo um esforço de mapeamento das práticas político-militares que em contexto específico dão forma física e simbólica ao Exército brasileiro.

Num sentido lato, a invenção da instituição militar moderna, em contexto de aburguesamento do social, tem como resultado a criação de um espaço conservador por excelência.⁵ Consoante Samuel Huntington (1996: 86) os oficiais militares

⁴ É importante historiarmos a instituição militar, pois um Exército moderno se diferencia e muito do Exército pré-moderno aristocrático da época do Império, em que a Guarda Nacional ameaçava a própria existência da instituição (CASTRO: 1995:19-20), ou mesmo de um Exército fraco na República Velha que tinha que concorrer em desigual condição, com os exércitos estaduais, verdadeiras máquinas-de-guerra que garantiam a estadualização da política nacional (STEPAN: 1975:19-20).

⁵ A citação de Rui Sá Silva Barros (2001:137) referente à obra de Werneck Sodré de que: “a disciplina militar afrouxaria muito, realmente, desde a revolução de 30, que abalara bastante a hierarquia, mais isso estava longe de afetar a estrutura das instituições

tendem a uma melhor identificação com as idéias conservadoras de Hobbes do que com o pensamento revolucionário de esquerda. O militar é sempre conservador na estratégia (política) e liberal na tática (técnica). Desse modo, projetos políticos grandiosos e metas políticas carregadas de otimismo e exagero são desde logo evitadas, pois são por demais arriscadas – para um conservador, porque não são práticas. Por certo, isto não implica na leitura dos autores citados, pois o grosso dos militares, nesse estágio de militarização, não carrega qualquer interesse filosófico, são leitores essencialmente de manuais não de livros. Assim, a identificação com Hobbes é produto da síntese militar de seu pensamento, da idéia, por exemplo, da guerra perpétua.

No caso brasileiro, o Exército teve sua invenção simbólica moderna a partir de uma dupla ressignificação: a imagem conservadora de Caxias, direcionando-a como símbolo da união militar e da própria nação (CASTRO: 2002: 22) e a transformação do evento de 1935 em ação monstruosa, já em 1937, na comemoração à data o General Dutra afirmava ser o comunismo o pior dos perigos que ameaçavam as forças armadas e a nação (CASTRO: 2002: 53). Não é à toa que os principais eventos de comemoração do Exército no século XX estavam vinculados à imagem simbólica de Caxias e à Intentona Comunista.

Nos anos do pós-guerra até 1964, em que vigorava no Brasil um sistema de democracia formal, ocorreram constantes crises políticas, pois as camadas populares passaram a ocupar a posição de ator político; numa sociedade de cultura autoritária forte o confronto político não encontrava perspectiva num sistema de desenvolvimento dependente capitalista (ALVES: 1984: 22). Como as convicções políticas das Forças Armadas não são diferentes das que vigoram na sociedade civil (JANOWITZ: 1967: 231) o Exército brasileiro, a partir das disputas pela presidência do Clube Militar, refletia as relações de poder presentes na sociedade como um todo. Diante disso, teve na figura de Estillac Leal o militar intransigente da causa nacionalista enquanto que forças de direita, bem mais organizadas no interior da caserna, centralizaram seus esforços no sentido de se opor e de diminuir a influência política de esquerda nos quartéis, defendendo o que definiam como o “nacionalismo sadio”.

militares” – é fundamental para a compreensão de que não existia uma relação direta (causa e efeito) entre os conflitos hierárquicos e uma possível degeneração da estrutura militar.

Nos anos de 1943 e 1947, Estillac Leal foi promovido, respectivamente, ao posto de general de brigada e de divisão, o que o colocava numa posição privilegiada nas relações de poder no interior da caserna. As promoções ao generalato devem-se ao mérito militar e a certo distanciamento político de Estillac Leal nos anos em questão, pois as intensas atividades políticas do general se deram a partir de 1949, quando começa a organizar a sua campanha à presidência do Clube Militar. É o que explica, *grosso modo*, a existência de um militar de esquerda num alto posto de comando dentro de uma instituição essencialmente conservadora.

Em 17 de maio de 1950 houve eleições para a presidência do Clube Militar e o general concorreu pela chapa nacionalista contra a chapa de oposição que defendia propostas de abertura do mercado nacional ao capital externo – uma espécie de UDN militar. O conservadorismo da oposição associava amiúde a chapa amarela dos nacionalistas ao comunismo; o então coronel Olímpio Mourão no momento em que dava início ao processo eleitoral em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, assim se referiu às chapas: “meus oficiais, aqui estamos reunidos para democraticamente eleger a nova diretoria do Clube Militar. Como os senhores já sabem, temos aqui duas chapas: a chapa azul, que é democrata, encabeçada pelo general Cordeiro de Farias, e a Chapa Amarela, que é a chapa comunista. Vocês tenham a bondade de se aproximar e votar” (FILHO:2003:112). É bom lembrar que, de acordo com Michel Foucault (1995:245), “as relações de poder não se reconstituem acima da sociedade”, o que implica constatar que elas se enraízam profundamente no corpo social. De forma que as tensões no interior da caserna pontuavam as relações de poder socialmente constituídas na sociedade brasileira.

Independentemente das pressões, Estillac Leal venceu com 3929 votos contra 2707 votos concedidos à oposição, o que possibilitou a ofensiva antiamericana por parte dos militares de esquerda contra a política militar dos Estados Unidos. No mesmo ano a revista do Clube Militar publicou em seu número 107 matéria editorial intitulada “Considerações sobre a Guerra da Coréia”, em que questionava a ação americana no conflito. O suficiente para gerar uma celeuma política, por parte da direita militar e da imprensa conservadora brasileira em torno da publicação. Em setembro, um abaixo-assinado com 134 assinaturas de oficiais que serviam no Rio de Janeiro sob o comando de Euclides Zenóbio da Costa (um anticomunista radical) protestaram contra o editorial. Em outubro, outro abaixo-assinado, agora do Paraná, assinado por 124 oficiais, foi lançado contra a revista do Clube Militar, e em

dezembro, novamente outro abaixo-assinado, no mesmo sentido, assinado por 82 oficiais da guarnição de Juiz de Fora, acentuaram a querela política. Como solução o Presidente da República, General Dutra, por meio do Ministro da Guerra, General Canrobert, transferiu os militares da ativa, ligados à revista do Clube Militar, para regiões militares de pouca influência política. Assim, o Major Werneck Sodré, principal membro da chapa de Estillac Leal, foi transferido para Cruz Alta no Rio Grande do Sul (SODRÉ: 1987:27).

O Clube Militar foi, principalmente nos anos 50, um espaço privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, de tal forma que a disputa pela presidência do Clube trazia consigo as lutas políticas nacionais e a posição da instituição frente aos principais problemas nacionais. De fato, entre 1945 e 1964, a tensão no interior das Forças Armadas, principalmente no Exército, transformava a instituição num espaço político que partidariava o quadro de oficiais e praças dividindo-os, impossibilitando, dessa forma, qualquer ação hegemônica dos militares enquanto instituição. O Clube não representava um órgão militar institucional, pois era uma associação recreativa, contudo, o Ministro da Guerra exercia um controle hierárquico sobre os diretores, já que eram oficiais militares (PEIXOTO: 1980: 73-74). Daí o interesse do alto comando do Exército com relação à posição do Clube sobre os temas nacionais.

Após a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de outubro de 1950, o General Estillac Leal assumiu o Ministério da Guerra, entre 1951 e 1952, um curto período, pois a pressão interna, dos próprios militares, foi intensa. Houve um desgaste político significativo de Estillac Leal para com a esquerda nacionalista, pois não conseguiu cumprir uma promessa pública de reverter as transferências dos membros do Clube, ordem do comando anterior, e outro desgaste para com os militares conservadores, pois estava resistindo em assinar um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos, entretanto, o acordo foi firmado com a ausência do Ministério da Guerra, o que levou à sua exoneração no dia 26 de março de 1952.

Em documento confidencial do Tenente-Coronel Caio Miranda ao Presidente Getúlio Vargas, narrando seu encontro com Cordeiro de Farias em 21 de março de 1952, a fim de tratar da crise militar fruto da vitória de Estillac Leal no Clube Militar (atual diretoria vitoriosa na eleição de 1950) e da sua atividade como Ministro Guerra, cinco dias antes de sua exoneração, nos é esclarecedor do campo tenso no interior do Exército:

Declarou que: a situação é grave, ou melhor, gravíssima. (...) Que a desunião do Exército é decorrente da absoluta displicência do General Estillac, que prima em ser “o grande ausente”. Que o Ministro da Guerra não tem capacidade para o cargo, pois é incapaz de se demorar pensando em qualquer problema. (...) Que não há mais disciplina nem espírito de classe. Que, quando isto acontece, as conseqüências são fatais. (...) Que sua atitude no Clube Militar “é a mais miserável que se possa conceber”. (...) Que o grupo de generais “a que ele pertence” está isolado mais vigilante. Que não cuidam de política e nem conspiram, ou melhor, que conspiram, mas a favor da ordem e da legalidade (CAMARGO e GÓES: 2001:566-567).

Nas novas eleições para a presidência do Clube Militar em 1952, Estillac Leal lançou sua chapa para concorrer contra a Cruzada Democrática liderada pelo general Etchegoyen. O processo eleitoral foi por demais truculento, uma série de Inquéritos Policiais Militares foram instaurados contra a atual diretoria do Clube de acordo com Werneck Sodré (1987) e ao mesmo tempo, houve novamente a associação da chapa de Estillac Leal ao comunismo. Uma verdadeira operação de guerra ideológica foi montada para garantir a vitória dos conservadores⁶.

Os quadros antinacionalistas eram recrutados entre os febianos, os paradigmas americanos de guerra e o de organização societal consubstanciavam a política da direita militar⁷ e ao mesmo tempo a viabilidade da associação com o capitalismo internacional, em tempos de polarização política, diante da Guerra Fria, aumentava, para os militares conservadores, a perspectiva de uma factível associação com os Estados Unidos (PEIXOTO: 1980: 81-82).

A vitória dos militares conservadores da chapa azul, em 1952, é de fundamental importância para a compreensão da posição privilegiada desses militares nas relações de poder no interior da caserna. A cruzada democrática recebeu 7288 votos contra 4489 da chapa de Estillac Leal. O resultado representou a consolidação

⁶ Contudo, não se pode confundir e associar a luta política dos conservadores no Clube Militar com a política da ESG – pois mesmo tendo idéias afins, como o anticomunismo e o antinacionalismo, na ação prática a ESG ocupava um espaço institucional nas Forças Armadas, produzindo um trabalho político silencioso dentro do aparato do Estado, enquanto que o Clube representava um espaço externo de luta político-militar na busca da hegemonia ideológica (FILHO: 2003:115).

⁷ A direita Militar, *grosso modo*, se dividia entre uma ala mais intelectualizada, a dos membros da Sorbone Militar (ESG) e outra mais radical e truculenta extremamente anticomunista.

política dos militares conservadores, confirmando a força dos comandantes militares e sua repulsa ao nacionalismo de esquerda da chapa amarela. A derrota de chapa de Estillac Leal levou-o ao ostracismo militar e político – o que revela a fragilidade da esquerda nacionalista no interior da caserna. Nesse sentido, “a máquina de dar ordens” do Exército, consoante a memória de Werneck Sodré (1987: 248) estava sob o controle dos militares conservadores. Em suma, o que favoreceu a aplicação de tecnologias disciplinares a fim de docilização dos corpos na caserna, pois o poder é mais da ordem de governo do que da ordem de afrontamento (FOUCAULT: 1995:244). A posição privilegiada de poder dos militares conservadores no interior da instituição passará a ser um fator importante no isolamento político-militar dos militares de esquerda.

O MILITAR DE ESQUERDA: Práticas Políticas e o Generalato

Sem dúvida, o Exército, principalmente a partir dos anos 30, abrigou em seus quadros militares de esquerda, no entanto, não conseguimos perceber uma esquerda militar atuante, com força política capaz de mobilizar uma ação política transformacional na estrutura brasileira. A própria modernização militar exclui o ímpeto revolucionário e aumenta o conservadorismo entre os oficiais na caserna, na medida em que uma sociedade disciplinar começa ali se formar mais intensamente. Por essa forma, pensamos ser mais prudente conceituá-los como “militares de esquerda”, ao invés de “esquerda militar”, pois tal conceituação leva-nos a pensar em uma esquerda organizada no interior das Forças Armadas, o que, ao que tudo indica, dificilmente se apresentou historicamente no Brasil⁸. A vivência militar do general Estillac Leal é um exemplo contundente de um militar de esquerda que, mesmo assumindo posição de comando importante como a de Ministro da Guerra, sequer conseguiu anular as transferências dos militares da chapa amarela e manter-se no poder. Preso às amarras da máquina conservadora o general concentrou seus esforços

⁸ Diante disso, nos distanciamos de João Quartim de Moraes (1991) e de Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2001:160), pelo menos em termos conceituais, pois não associamos práticas políticas efetivamente progressistas para o contexto brasileiro, tais como as lutas: abolicionistas, republicanas e tenentistas a uma “esquerda militar”. Com efeito, a existência de militares progressistas e até mesmo socialistas no interior da caserna não é suficiente para sustentar a idéia de uma esquerda militar, na medida em que tal posição política não muda a direção conservadora e disciplinadora das instituições militares.

na tática (resistência), na mediada em que, efetivamente, da estratégia não podia fazer uso.

A premência de uma definição militar em favor do monopólio estatal do petróleo e das reservas minerais teria enorme peso, pois confirmaria a posição nacionalista dos militares brasileiros, o que poderia dissuadir os interesses americanos, daí a importância das eleições no Clube Militar que eram acompanhadas pela imprensa nacional e americana (SODRÉ: 1987: 10-13). O pensamento de Estillac Leal era bem explícito e claro nesse sentido, visceralmente nacionalista, defendia de forma intransigente os interesses do país, segundo ele: “os únicos que nos devem real e honestamente interessar” (SODRÉ: 1987: 16). Porquanto, esta posição para um general representa muito mais do que uma mera opinião política, mas se trata de uma posição militar – o que causou apreensão nos militares conservadores e como resultado imediato, a cada ação mais à esquerda de responsabilidade de Estillac Leal uma série de abaixo-assinados, enfatizando a tendência conservadora da força.

Consoante Janowitz (1967: 261), o que os oficiais superiores declaram publicamente e o que escrevem em publicações militares constitui, em boa parte, guerra política, dirigida tanto à população civil nacional como ao inimigo em potencial. Assim, os discursos militares, aqui especificamente, de Estillac Leal se colocavam como uma ação de guerra, de um exército inexistente, contra os militares e os civis conservadores. Daí a premência por parte dos militares e dos civis conservadores em sua exoneração e neutralização política. Ao que tudo indica, Estillac Leal foi um general sem exército.

Indubitavelmente, o conservadorismo militar não referendava a posição nacionalista de esquerda, ao contrário, se aproximava, em larga medida, à política americana. Destarte, Estillac Leal parecia um corpo estranho no interior das forças armadas.

O “realismo conservador” da ética militar moderna, apontado por Huntington (1996), explica a inviabilidade de uma ação mais à esquerda por parte dos militares brasileiros. O isolamento político do general nacionalista de esquerda, Estillac Leal, foi fruto do conservadorismo institucional que desde os “jovens turcos” já propunha um Exército como força estabilizadora da ordem, a fim de corrigir as perturbações internas e manter o progresso sob a égide da ordem – idéia essa já embutida no primeiro editorial da revista “A Defesa Nacional” de 1913 (CARVALHO: 1985: 213).

É importante uma hermenêutica com referência aos discursos político-militares produzidos para a circulação no interior da caserna, pois ali as intenções e as proposições políticas permitem uma leitura das relações poder que explicam a ordem institucional militar. Em 24 de agosto de 1951, no dia do soldado, Estillac Leal escreve o seguinte texto:

Camaradas! Todos os anos, nesta data consagrada ao soldado do Brasil, a Nação e em particular o Exército, engalanam-se para homenagear os camaradas que, abraçando a carreira das armas, desde as lutas do Brasil Colônia, para manter a integridade da Pátria, até os recentes dias, como na campanha da Itália, para a defesa da democracia e da nossa soberania, não mediram esforços nem sacrifícios visando o bem-estar, e honra e a grandeza do Brasil.

Se em outras épocas foi o Exército o grande esteio da nacionalidade, nos momentos mais críticos de nossa história, esse papel maior vulto toma nos dias de hoje, em face de uma humanidade onde impera a confusão, dividida por ódios raciais, ideologias extremistas que tentam se impor pela força e, sobretudo, por um desentendimento entre as classes, onde impera o egoísmo, em detrimento da felicidade, do bem-estar comum e da harmonia geral.

Cabe ao Exército, nesta hora grave para a humanidade, manter-se uno e indivisível e disposto a todos os sacrifícios, desde os de ordem pessoal e o da própria vida, para que o Brasil nele encontre, como no passado, o esteio da nossa soberania...⁹

Com efeito, o ato compreensivo das práticas militares no interior da caserna se dá na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos (PEIXOTO: 1980: 31) e nas relações de poder que revelam o aspecto conflituoso dessa interação. Desse modo, esse discurso é importante para compreendermos o papel militar dos oficiais superiores em posição de comando num determinado contexto epocal. Pois, de acordo com Antonio Carlos Peixoto (1980: 35) “todas as pressões (internas e externas) sofridas pelas forças armadas convergem sobre as estruturas de comando”.

Destarte, a busca de uma tradição militar de defesa do interesse nacional já aparece para os militares de esquerda nas lutas contra os holandeses em Guararapes no período Colonial; o próprio Estillac Leal apontava, em outro discurso, a resistência

⁹ Boletim do Exército nº 34 de 1951 p. 2990.

contra os invasores batavos como gênese do nacionalismo moderno; e a própria teorização, no campo da história, de Werneck Sodré (1979), o militar marxista, no texto “história militar do Brasil” uma verdadeira genealogia do caráter popular do Exército brasileiro (PUNTONI: 2001: 78), também corrobora Guararapes como precursora do nacionalismo. Com certeza, o conservadorismo militar necessita da tradição, sempre ressignificada para a ação político-militar.

Assim, o generalato impele a um discurso de conciliação e unidade, é o que as palavras de Estillac Leal mostram, enfatizando os esforços da FEB na luta pela democracia na Itália e o contexto internacional de desequilíbrio político e de extremismos ideológicos, o que busca uma conciliação com o setor militar conservador; no entanto, a necessidade de uma luta na defesa da soberania nacional é o que diferencia suas palavras do discurso eminentemente conservador que predominava na caserna. Além disso, o discurso do general demonstra o comprometimento político-militar do Exército para com o país diante de um contexto político conturbado, uma posição comum entre os militares: a de guardiões do Estado, num período em que o político e o militar apresentavam-se em intensa intersecção.

A campanha da imprensa conservadora, horrorizada com a aparição do povo como sujeito político, amiúde pintava o general do Ministério da Guerra de Vargas, de vermelho, a pressão externa, do mundo civil, era tão intensa como a militar. A presença da cultura e da economia americana parecia inevitável, e as reformas para a efetiva soberania, que na época estava, peremptoriamente ligada ao estatismo, parecia paralisada. Dessa forma, a queda do “general amigo do povo” representou, no interior da caserna, o colapso da ideologia e da referente prática política em torno de um Estado nacional forte e intervencionista, com capacidade de uma relativa centralização, com partidos de base popular e com candidatos que conciliassem os interesses do proletariado e dos patrões, respaldados na crítica ao capitalismo liberal e à liberdade do capital internacional (REIS: 2002: 13-14), uma espécie de ensaio geral da fraqueza política nacionalista frente ao golpe de 1964.

Agonia política e morte do general amigo do povo

Após a exoneração do Ministério da Guerra e da derrota nas eleições para a presidência do Clube Militar em 1952, os integrantes da chapa de Estillac Leal passaram a sofrer a ofensiva conservadora dos militares que politicamente, numa

verdadeira operação de guerra, conquistaram a presidência dessa associação militar. Num mesmo movimento, a “sorbone militar¹⁰” vinha realizando silenciosamente seu trabalho de persuasão junto ao Estado. Destarte, “a máquina de dar ordens” passava a funcionar a todo o vapor a serviço dos militares conservadores a fim de liquidar a corrente nacionalista.

A dupla derrota política dos militares ligados a Estillac Leal com a perda do Ministério da Guerra e com a vitória da chapa da Cruzada Democrática em 1952, criou as condições para relações de poder extremamente assimétricas. As pressões exercidas sobre os militares de esquerda foram intensas. Eram constantes as visitas amistosas e as tentativas de persuasão no sentido das promoções que garantem o reconhecimento profissional na carreira militar (SODRÉ: 1987: 33-34). De fato, as sanções normalizadoras no interior da caserna são produtivas, na medida em que a máquina de dar ordens tem o efeito de adestrar os corpos a fim de torná-los eficientes.

Contudo, o mais grave foram as condições totalmente insalubres das prisões às quais os oficiais foram submetidos. O que não é singular na cultura autoritária brasileira que associa a prática policial à truculência absoluta; assim, os panótipos do Estado representam mais espaços insalubres para a sevícia do corpo do que espaços de vigilância para o controle e a disciplina, o que corresponde à transformação do militar de esquerda num “monstro político” – tal qual a transformação dos marginalizados num “monstro social”.

O conceito de “monstro político” foi recolhido da obra “Os Anormais” de Michel Foucault (2001). Nesse texto podemos perceber as estratégias modernas de sujeição política no interior do discurso e das relações de poder, a fim de banalizar o “outro” e transformá-lo em monstro-político. Estratégia corrente na luta da burguesia contra o poder do rei, pois de acordo com Foucault (2001): “o primeiro monstro-político foi o corpo do rei” em seguida as massas populares. Realmente, quando nos deparamos com os documentos do Exército referentes aos comunistas e a esquerda em geral percebemos que os militares apresentavam aqueles corpos como verdadeiras bestas – seres monstruosos que pretendiam solapar o mundo burguês-cristão. A partir daí começamos a impor uma leitura dos monstros como categoria político-cultural. Em outros termos, a monstrialização do “outro” não se trata apenas de uma pura e

¹⁰ A expressão “Sorbone Militar” representa o grupo de oficiais identificados com a erudição militar e interessados em desenvolver estratégias de defesa e de desenvolvimento nacional de matriz liberal influenciados pelos Estados Unidos.

simples banalização, mas carrega em si uma estratégia de exclusão política, justificada amiúde pelo uso da violência – pois contra os monstros tudo é possível.

Segundo Werneck Sodré (1979:259): “(...) tratava-se não de gente, de criaturas humanas, mas de animais perigosos, contra os quais todos os processos eram lícitos”. Assim, condições insalubres e torturas não foram casos raros, amiúde denunciados na época pelos familiares desses militares ao Parlamento e à imprensa (SODRÉ: 1967: 169). Ademais, estas prisões apontavam para uma espécie de preâmbulo das práticas autoritárias nos governos militares pós-64.

O depoimento da esposa do major Leandro José de Figueiredo Junior, apontado por Werneck Sodré (1987: 113), nos é esclarecedor:

Fui ao regimento e lá constatei que, de fato, meu marido se encontrava incomunicável e não só isso como em condições indignas e incompatíveis com o oficialato, além de desumanas. Era um quarto trancado e cadeado, com as janelas fechadas a prego, onde não entrava ar, a não ser pela bandeira da porta que dá para um corredor interno, onde não entrava sol de espécie alguma.

Os militares ligados à chapa de Estillac Leal não submetidos às prisões (envolvidos em IPMs), não passando, assim, pela indignidade desses espaços insalubres, foram jogados em guarnições distantes e extremamente vigiados, alijados das posições privilegiadas de comando e do centro da política nacional (SODRÉ: 1987: 118).

Num contexto político em que nas relações de poder, o choque é considerado fatal, os militares brasileiros se inclinavam na direção do “realismo conservador” que consiste numa visão positivamente pessimista do homem, na segurança militar do Estado, no primado do Estado-Nação, na premência de segurança (para os militares nada é seguro) e na expansão e fortalecimento do aparato coercitivo (HUNTINGTON: 1996: 96). Travou-se, assim, no interior da caserna uma guerra ideológica de coloração quase que religiosa, era a civilização cristã ocidental versus o ateísmo da civilização marxista, o país só tinha uma saída, refutar o exotismo ideológico esquerdista e assumir uma posição integrada aos americanos.

No que concerne à breve experiência democrática do pós-guerra, o peso da visão do populismo como política que arrasta as massas e, portanto, esvazia a vontade política autônoma das camadas populares, contribuiu para que os militares

conservadores se inclinassem a associar a vontade popular à condução perniciosa do político demagogo (SODRÉ: 1987; 29). Daí a insensibilidade desses militares frente às manifestações de rua. Em toda a manifestação pública das camadas populares as reivindicações são sempre menos importantes, o importante no ponto de vista militar são os líderes e seu poder de mobilização. Compreender a existência de um poder de mobilização e a partir daí neutralizá-lo foi o objetivo militar para assegurar a estabilidade do Estado.

Em fevereiro de 1954, o memorial dos coronéis, assinado por oitenta e dois coronéis e tenentes coronéis, é um documento crítico significativo dos militares conservadores para com o governo Vargas. Vinha após o esmagamento da corrente nacionalista militar, das prisões, dos processos e das transferências arbitrárias (SODRÉ: 1987: 141). O memorial foi responsável pela derrubada de dois ministros, o da Guerra e o do Trabalho, o general Cyro Espírito Santo Cardoso e João Goulart. O primeiro por não ter comunicado previamente a Vargas do abaixo-assinado e o segundo para amenizar a pressão dos militares descontentes com a política de aumento do salário mínimo, pois segundo estes militares a elevação de 100% revelaria uma subversão de todos os valores profissionais. Em síntese, o memorial se estabelecia no plano do “realismo conservador” militar, exigindo maior participação orçamentária para o Exército, pois as forças singulares (polícias estaduais) possuíam uma participação orçamentária estadual em percentuais maiores, o que gerava descontentamento, principalmente entre aqueles que buscavam efetivar o Exército enquanto força institucional capaz de concentrar em si o monopólio nacional da violência. Daí a necessidade de reaparelhamento do Exército, apontando o iminente perigo político, ameaça interna, para com o Estado (ESTEVEZ: 1999:136). Consoante João Roberto Martins Filho (2003: 117), o memorial tinha como tema central “a necessidade de reforçar a coesão militar” diante do iminente perigo comunista, como também, refletia a posição política do generalato conservador.

Nesse contexto desfavorável, Estillac Leal aparece como um forte candidato da esquerda nacionalista à presidência da República, no entanto, o general no dia 1º de maio de 1955 teve morte súbita após complicações cardíacas. Assim, o espectro comunista materializado na figura desse general se desfez no ar, produzindo um bem-estar político nos setores conservadores da caserna e da burguesia brasileira. Tanto que Werneck Sodré (1987:162) aponta a participação desses militares no funeral como se viessem confirmar se ele morreria mesmo.

A morte de Estillac Leal foi, com certeza, uma baixa importante para os nacionalistas, pois a causa perdia seu principal comandante. Deixou internamente órfãos os militares mais próximos (SODRÉ: 1987: 165) e proporcionou um livre trânsito para a reação conservadora contra os militares de esquerda nas Forças Armadas, abrindo uma frente ofensiva para o golpe militar de 1964.

Considerações finais

Efetivamente, o “realismo conservador” do militar moderno, totalmente flexível à tática, ou melhor, às inovações tecnológicas fruto da modernização e absolutamente inflexível com relação à estratégia, em outros termos, às utopias políticas dessa mesma modernidade, faz dos militares condutores da modernização conservadora.

Segundo Werneck Sodré (1987:272), dois fatores foram decisivos para o confronto político-militar no interior do aparato coercitivo: o chefe militar esquerdista e a posição dos sargentos. Desses fatores nos concentramos no primeiro, o chefe militar de esquerda, general Estillac Leal. Com efeito, o conservadorismo neutralizou a política militar de esquerda no Exército, a parcela majoritária dos militares não aceitou um chefe esquerdista, pois o considerou sem solidez de comando, nocivo ao binômio hierarquia/disciplina e, principalmente, perturbador à unidade da força; e mais ainda, consoante Werneck Sodré (1987:173): “o fenômeno esquerdista provava, de forma candente, que o esquerdismo militar era deformação da realidade e levava ao desastre, tornando-se, em balanço final e frio, oneroso ao avanço político do país”.

O chefe militar esquerdista, efetivamente, é um comandante sem comandados, pois isolado no PC (posto de comando) suas ordens não atingem os corpos na caserna, um espaço eminentemente conservador, não por natureza, mas por contingência do aburguesamento do social, ou seja, o Brasil a partir dos anos 30 sofre um conjunto de reformas político-econômicas modernizantes que acentuam relações de poder de caráter burguês. Por essa forma, o contexto político-militar do pós-guerra, em tensa Guerra Fria, marca uma acentuada resistência conservadora a qualquer idéia política que se aproximasse do proletariado. O comunismo era o fantasma que horrorizava a caserna. A Revolução Comunista de 1935, assim denominada nos documentos oficiais do Exército (Boletim do Exército) nos anos 50, era a materialização do perigo vermelho. Os combatentes que sufocaram a sublevação receberam honras militares e

foram promovidos a um posto acima (lei nº 1267 de 09.12.1950 – Governo Dutra). Outrossim, a própria dinâmica da modernização capitalista na caserna intensifica a formação de uma sociedade disciplinar; a ordem da guerra moderna faz do militar, um técnico na administração da violência e um defensor do Estado como fonte da vida burocrática, o que coloca a política como mecanismo para manter, ao invés de transformar a ordem. Dessa forma, de acordo com Werneck Sodré (1987:273): “O que o militar aprecia não é o chefe que faz pronunciamentos políticos, como um candidato a vereador, mas aquele que se impõe pela autoridade de seu respeito à lei, de seus conhecimentos profissionais, de sua devoção ao mister e de seu patriotismo objetivo e não palavroso”. Sem dúvida, a política partidária no Exército é vista com desconfiança por parte dos militares, ao contrário da política do Exército que carrega em si o fortalecimento da burocracia militar e a conseqüente manutenção da ordem estatal, daí a importância da utilização da palavra “memorial” no texto dos coronéis, pois demonstrava a intencionalidade de unidade reivindicatória da força (Filho: 2003:117) e as proposições ali presentes apontavam para o fortalecimento técnico da instituição.

Por certo, a presença de militares de esquerda no interior da caserna não é uma anomalia em si, pois mesmo sendo o espaço militar característico de uma sociedade disciplinar, isso não significa que as subjetividades políticas tenham sido absolutamente tomadas pelo conservadorismo, pois uma sociedade disciplinar, como bem nos lembra Foucault, não é absolutamente uma sociedade disciplinada. Há relações de poder por todos os lados, projetos burocráticos de aburguesamento disciplinar em relações de força com outros projetos alternativos e populares que resistem em determinados momentos e cedem em outros. Nesse sentido, a esquerda no Exército revela bem o conflito político entre as intenções disciplinares eminentemente conservadoras da instituição e a resistência dos corpos elaborando projetos alternativos – que naquele contexto de aburguesamento produziram subjetividades militares extremamente singulares e estranhas ao projeto conservador. Todavia, essa esquerda, frente ao “realismo conservador”, que era majoritário e organizado dentro do Exército, não conseguiu se efetivar como força político-militar capaz de forjar uma “esquerda militar” que desse apoio a Estillac Leal, ao contrário, a posição de esquerda do general só agravou o quadro político-militar e intensificou o processo de hegemonia ideológica conservadora entre os militares. O que pode explicar a total imobilidade dos militares de esquerda diante do golpe militar de 1964.

Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BARROS, Rui Sá Silva. Análise Política em Nelson Werneck Sodré. In: Silva, Marcos. **Nelson Werneck Sodré na Historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC. 2001.
- CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter de. **Diálogo com Cordeiro de Farias: Meio Século de Combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 3.ed., Tomo III, vol. 2. História geral da civilização brasileira. São Paulo : DIFEL, 1985.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. Nelson Werneck Sodré: apontamentos para uma (re)leitura e uma vocação. In: Silva, Marcos. **Nelson Werneck Sodré na Historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC. 2001.
- CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ESTEVEVES, Diniz. **Ministros da Guerra e do Exército Brasileiro (1951 a 1999)**. Brasília: Verano Editora, 1999.
- FILHO, João Roberto Martins. Forças Armadas e Política (1945-1964). IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol 3, 2003.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Apêndice. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional: estudo social e político**. Rio de Janeiro: GRD, 1967.
- MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Siciliano, 1991.
- PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alan. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- PUNTONI, Pedro Luís. Nelson Werneck Sodré e a História Militar do Brasil. In: Silva, Marcos. **Nelson Werneck Sodré na Historiografia brasileira**. Bauru. EDUSC. 2001.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro. Zahar. 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: memória de um soldado**. Petrópolis:Vozes,1987.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. São Cristóvão: Artenova. 1975.